

EDITORIAL

09-10-2006

Revisão dos estatutos, prevenção dos Indultos

O ACANAC do Centenário prevê cauções ... a fim de evitar que os Caminheiros e Dirigentes inscritos nos serviços, se furtem a tais tarefas; assim como para evitar que, nas desmontagens, os campos fiquem num caos e imundice. Vai sendo tempo de aprendermos que confiar é bom, mas que controlar é melhor.

A Lis de Julho de 2006 tem uma entrevista inspiradora com o Padre Luís Rodrigues Paulo, que nos dá uma lição do, actualmente, tão falado empreendedorismo, mostrando que, por vezes, para avançar, é preciso ir contra as estruturas estabelecidas (estabelecidas e imobilizadas). A Junta Central, da época a que a entrevista se refere, e no que ao assunto concreto em análise, com o entrevistado, diz respeito, pode constituir uma imagem de que algumas estruturas do CNE contribuem mais para empatar, do que para dinamizar. Caridosamente poderemos pensar que algumas pessoas em cargos de "responsabilidade" lhes falta aptidão para as funções. Preocupante é quando essa inaptidão passa pela perspectiva de não fazer, nem deixar fazer. Pior, ao sabotar, e ao destruir, passa-se da incapacidade à selvajaria. São coisas que acontecem onde há pessoas, serão sempre excepções ... dirão alguns. Talvez aconteçam onde há pessoas em roda livre, a que se junta ausência de escrúpulos. Serão poucos? Ainda bem! Ou iremos ficar à espera que o seu número tenha relevância estatística, para então clamar por mudança? E se são poucos, quando os problemas acontecem, o CNE devia ter capacidade para dar a adequada resposta: com eficácia e em tempo útil.

Ter estruturas nomeadas não significa que funcionem. Se não funcionam e os agrupamentos conseguem viver apesar delas, então, essas estruturas, são dispensáveis. São estruturas que dificultam para, assim, tentarem justificar a sua existência. Na dita sociedade civil, a isto chama-se burocracia e, até o próprio Estado, se está a encarregar de aliviar esta situação. O CNE, que um dia terá tido como um dos seus suportes mais emblemáticos o Sistema de Patrulhas (ex-libris da descentralização responsável, porque competente), arrisca-se a ver o Estado a passar-lhe à frente, no que toca ao agilizar de funcionamento, sobretudo na parte de evitar a proliferação de estruturas de eficácia muito duvidosa.

A mesma Lis, referia a existência de grupos de trabalho, um dos quais para a revisão dos estatutos. É um momento precioso para questionar a finalidade e a capacidade efectiva, para actuar, dos vários conselhos. Ou, dito de outra maneira, para criar condições para o seu desempenho real, a fim de evitar o constante encolher de

ombros, o lamento de falta de capacidade estatutária para resolver problemas. Se nada de útil for feito, vamos ter muito mais golpismo, compadrio e silenciamento dos que opinam, que é a negação da componente de intervenção cívica que o escutismo preconiza, para os cidadãos que pretende ajudar a formar. (*)

Se dentro do CNE não se consegue pôr ordem, mesmo quando se reclama por intervenção justa, perante as estruturas que supostamente foram criadas para dirigir, evitando o resvalar das nossas práticas para terrenos que nada dignificam o ser humano, muito menos um escuteiro.

Se se mantém a desconcertante burocracia associada à extrema dificuldade de tratar de assuntos concretos em conselhos de núcleo ou regionais ... ficam sempre fora da Ordem de Trabalhos, fala-se com pouca gente na sala (porque ainda estão a chegar, ou porque já começaram a sair - momentos conhecidos por períodos antes e depois da OT).

Se se contactam as estruturas fiscalizadoras (quem escolheu o nome era humorista!) que, talvez, leiam papéis, mas que dificilmente questionam se o que está escrito tem correspondência com a realidade, muito menos actuam quando são informadas de fortes indícios de adulteração de procedimentos ... ficam à espera dos relatórios finais, para então "fiscalizarem"!

Se as estruturas electivas, bastas vezes preferem não tomar conhecimento das trifulhices e conivências ... evitando manchar a sua reputação de gente de bem, ao arriscarem a tomar uma decisão concreta, para pôr ordem nas pessoas que lhes estão confiadas/subordinadas/associadas.

Se quando a asneira é grande, se tomam decisões de âmbito geral, onde são igualmente penalizados os prevaricadores e os cumpridores (*)

Se, por "erro de leitura" de todas as estruturas do CNE, o assunto salta para os jornais e tem que ser a hierarquia da Igreja, a pôr cobro à passividade que permite perpetuar o estado de desregramento e de desbragamento instalado (*)

Então ... a revisão dos estatutos, pode ser uma boa oportunidade para alterar este estado de coisas, assim nos seja permitido envolver nesta trabalhosa, mas indispensável missão. Se for feita apenas uma operação de cosmética, teremos perdido uma tremenda oportunidade de devolver o CNE aos seus Associados - as crianças e os jovens. Os Dirigentes precisam de agir em prol dos interesses dos Associados e não para ensaiarem golpes de baixa política e de catarse pessoal. Já

agora, o que deve mudar, é o que está mal, e não, quem se sente mal.

A "esperança no futuro", precisa de se alicerçar num presente de vivência, pela positiva, com honestidade e competência, tal qual preconizam os nobres valores que o CNE diz defender.

(*) fornecem-se exemplos, a pedido dos interessados

Mário Rogério
Dirigente – Região de Lisboa